

DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - **DELFIN DE JESUS MARTINS**, titular do Cartão de Cidadão n.º 07218590 2ZY9, válido até 21-01-2021, residente em Abiul, na qualidade de representante legal da empresa **DELFIN DE JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA**, com sede social no lugar do Carrascal, freguesia de Abiul, concelho de Pombal, possuidora do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 501 756 400, titular do Alvará de Construção n.º 3092, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Requalificação da Rua Custódio Freire - Proc. n.º 25/2019”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos (Anexo I do CCP)
- b) Nota Justificativa do Preço proposto
- c) Memória descritiva e justificativa
- d) Documento a que alude o n.º 4 do Artigo 60º do CCP
- e) Lista de Preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução
- f) Proposta de Preço
- g) Plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361º do CCP;
 - i. Plano de mão-de-obra
 - ii. Plano de equipamentos;
 - iii. Plano trabalhos
 - iv. Plano de Pagamentos
 - v. Cronograma financeiro;
- h) Certidão permanente
- i) Alvará

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal..

Carrascal, 14 de Junho de 2019